



Direito Constitucional e Processo Legislativo para Câmara dos Deputados - 2026
<https://www.teconconcursos.com.br/s/Q5oJff>

Ordenação: Por Matéria e Assunto

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206594

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1401) Em relação à organização das funções estatais e à defensoria pública, julgue o item subsecutivo.

As finalidades das comissões parlamentares de inquérito é exatamente a mesma das investigações criminais: apurar elementos de prova acerca de atos ilícitos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2304766

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1402) No que se refere ao controle externo no Brasil, julgue o item a seguir.

As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais para a apuração de fato determinado por prazo indeterminado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421644

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1403) De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue o próximo item.

As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1990069

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1404) Julgue o item a seguir, relativo à organização político-administrativa do Estado e às disposições constitucionais aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça.

Uma CPI instalada em Poder Legislativo municipal pode promover a quebra de sigilo bancário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1997413

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1405) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

As conclusões das comissões parlamentares de inquérito podem ser encaminhadas ao Ministério Público apenas em relação às questões que envolvam a responsabilidade criminal dos acusados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208401

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1406) Julgue o item a seguir, a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI).

A CPI possui poderes de investigação próprios, nos quais não estão incluídos os reservados às autoridades judiciais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208404

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1407) Julgue o item a seguir, a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI).

As CPI destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208405

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1408) Julgue o item a seguir, a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI).

A constituição da CPI depende de deliberação conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208406

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1409) Julgue o item a seguir, a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI).

Quando votada a sua criação, a CPI sujeita-se a quórum de maioria qualificada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1536648

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1410) Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item:

Comissão parlamentar de inquérito que concluir pela existência de indício de crime cometido pelo investigado deverá, pelo respectivo procurador judicial, promover, perante o Poder Judiciário, a responsabilidade criminal do infrator.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1718417

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1411) Julgue o item a seguir, a respeito dos atos administrativos e dos poderes da administração pública.

A garantia das minorias que fundamenta o modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito (CPI) não se aplica às assembleias legislativas estaduais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1718498

CEBRASPE (CESPE) - AFJRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1412) A respeito de comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

As CPI podem ordenar a busca e apreensão de computadores em locais reservados às residências domiciliares.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFJRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1413) A respeito de comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

A garantia das minorias que fundamenta o modelo federal de criação e instauração das CPI não se aplica às assembleias legislativas estaduais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFJRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1414) A respeito de comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

As CPI possuem discricionariedade para decidir sobre as possíveis linhas investigativas no âmbito material e do destinatário subjetivo da apuração.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFJRE (SEFAZ CE)/SEFAZ CE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1415) A respeito de comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

Em termos quantitativos, para a instauração de comissão parlamentar de inquérito mista, são necessárias as assinaturas de, no mínimo, 27 senadores e 171 deputados federais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1416) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função típica desse poder.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 2/Direito/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Comissões Parlamentares - Permanentes e Temporárias (art. 58 da CF/1988)

1417) Considerando as regras sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

Uma CPI possui atribuições investigatórias que lhe são inerentes, como ordenar busca e apreensão de bens, objetos e computadores, desde que essa diligência não se efetive em espaços domiciliares, porém não tem poder jurídico para, mediante requisição a operadoras de telefonia, determinar interceptação telefônica nem para quebrar sigilo imposto a processo sujeito a sigilo judicial.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1418) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são dotados de diversos órgãos e comissões essenciais para o adequado funcionamento do processo legislativo. Esse processo envolve a criação, o exame e a aprovação de uma variedade de propostas legislativas, incluindo leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais, decretos legislativos e resoluções, todas vitais para o relacionamento eficaz da sociedade. Cada categoria de proposição legislativa é submetida a um procedimento específico de tramitação. A respeito dessa temática, julgue o item que se segue.

O Congresso Nacional deve discutir e votar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada por onze assembleias legislativas das unidades da Federação com o objetivo de estender o denominado orçamento secreto aos estados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1419) À luz das normas constitucionais sobre o Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Considere-se que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visando extinguir o Supremo Tribunal Federal e contendo 3/5 de assinaturas de parlamentares tenha sido apresentada à Comissão de Constituição e Justiça. Nessa situação, a proposta não poderá ser objeto de deliberação do colegiado por violar a Constituição Federal de 1988.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3075533

CEBRASPE (CESPE) - Ana Adm (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1420) No tocante aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

A forma federativa de Estado representa uma das possibilidades de organização territorial do poder político e, no caso do Brasil, se constitui em limite material ao poder de reforma.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2497796

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1421) Acerca do poder constituinte e das emendas à Constituição, julgue o item a seguir.

Segundo a doutrina constitucional brasileira, as cláusulas pétreas, como limitações ao poder de reforma da Constituição, devem ser explícitas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1883962

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1422) Sobre o poder constituinte, suas formas de expressão e seus limites sob a ótica da Constituição Federal atualmente vigente, julgue o seguinte item.

As limitações ao poder de reforma constitucional incluem as temporais, como as que vedam emendas durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; as formais, as quais estabelecem obstáculos procedimentais; e as materiais, que definem núcleos essenciais inacessíveis ao poder constituinte derivado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1990051

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1423) A respeito do conceito de Constituição, das teorias da Constituição e do poder constituinte, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 (CF) permite, excepcionalmente, a iniciativa popular para a propositura de emendas constitucionais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1997420

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1424) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A CF pode ser emendada mediante proposta de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação. Nesse caso, cada uma das assembleias proponentes terá de se manifestar pela maioria relativa de seus membros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2003365

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1425) À luz dos dispositivos elencados na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

Proposta de emenda constitucional com o objetivo de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no Brasil em 2024 viola a CF visto que o voto obrigatório configura cláusula pétrea.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2101865

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1426) Com referência ao direito constitucional estadual e distrital, à rigidez e à mutação da Constituição e às emendas à Constituição, julgue o item a seguir.

Uma proposta de emenda à Constituição que haja sido rejeitada no Congresso Nacional somente poderá ser reapresentada na legislatura subsequente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156874

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1427) Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e do poder constituinte, julgue o item que se segue.

Por emenda parlamentar a constituição estadual, é possível conceder acréscimo de vantagem pecuniária a proventos de servidores públicos que hajam exercido mandato eletivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208594

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1428) Julgue o item a seguir acerca do processo legislativo brasileiro.

A deliberação cujo objeto seja emendar a Constituição Federal para abolir o voto secreto será discutida em dois turnos de votação, em cada casa do Congresso Nacional, e dependerá de aprovação de três quintos dos seus membros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2214885

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1429) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito da ordem social, da repartição de receitas tributárias, do orçamento e dos princípios da atividade econômica.

Situação hipotética: em determinado estado da Federação, a assembleia legislativa pretende aprovar emenda constitucional que imporá a aplicação de determinado percentual do orçamento estadual no sistema de saúde do referido estado. **Assertiva:** Nessa situação, se aprovada, a referida emenda será tida como inconstitucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1509478

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1430) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

A CF autoriza a propositura de emendas constitucionais por iniciativa popular.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1545621

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1431) Em relação ao poder constituinte, julgue o item a seguir.

Por força das denominadas cláusulas pétreas implícitas, é vedada a revogação integral da norma constitucional que impede a deliberação de propostas tendentes a abolir cláusulas pétreas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1730636

CEBRASPE (CESPE) - Of (PM AL)/PM AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1432) Com relação a aspectos do direito constitucional e às disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Depois de aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional, a proposta de emenda à Constituição será encaminhada ao presidente da República, para promulgação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1125451

CEBRASPE (CESPE) - AFRDF (SEFAZ DF)/SEFAZ DF/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

1433) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, das cláusulas pétreas e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

As cláusulas pétreas correspondem às limitações temporais, implícitas, circunstanciais e materiais de alteração da Constituição Federal de 1988.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3661442

CEBRASPE (CESPE) - APE (TCE-RS)/TCE RS/Arquitetura/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Leis Ordinárias e Complementares

1434) Em relação ao Poder Legislativo, julgue o próximo item, conforme a CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao Congresso Nacional compete a edição de lei complementar para fixar os subsídios do presidente e do vice-presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545607

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1435) Julgue o item seguinte, em relação ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao processo legislativo.

É possível a edição de medida provisória que trate de matérias relacionadas a cidadania e a direito civil, tributário, urbanístico e financeiro.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2781694

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1436) À luz das normas constitucionais sobre o Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

O presidente da República, ante relevância e urgência, pode editar medida provisória para abertura de crédito extraordinário, visando atender a despesas imprevisíveis decorrentes de catástrofe ambiental caracterizadora de calamidade pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2846448

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1437) Acerca do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item a seguir segundo a Constituição Federal e o entendimento do STF.

Compete ao Senado Federal, no prazo fixado por lei complementar, editar decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da não conversão de medida provisória em lei.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3039195

CEBRASPE (CESPE) - Ana Proc (PGM Mossoró)/Pref Mossoró/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1438) Com referência a aspectos diversos pertinentes ao direito constitucional, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

É vedada a edição de medida provisória pelo presidente da República sobre matéria relativa ao direito civil.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2421511

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1439) A respeito do Estado federal brasileiro, dos direitos sociais, dos servidores públicos, do processo legislativo, do Ministério Público e da ordem econômica e financeira, julgue o próximo item.

É defeso ao presidente da República editar medida provisória alterando a competência das juntas eleitorais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2421650

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1440) De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue o próximo item.

A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2590663

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1441) No que se refere a medidas provisórias, julgue o item que se segue.

A votação de medidas provisórias deve iniciar-se na Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2590664

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1442) No que se refere a medidas provisórias, julgue o item que se segue.

A expedição de medida provisória pelo presidente da República acarreta suspensão automática da tramitação de propostas de emenda constitucional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2590665

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1443) No que se refere a medidas provisórias, julgue o item que se segue.

A vigência de uma medida provisória pode ser prorrogada por uma única vez, pelo prazo de 60 dias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208595

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Medidas Provisórias

1444) Julgue o item a seguir acerca do processo legislativo brasileiro.

A edição de medidas provisórias concernentes a matérias reservadas a lei complementar é vedada ao presidente da República.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Leis Delegadas

1445) Com relação ao processo legislativo, julgue o item seguinte.

As proposições legislativas do presidente da República não podem contornar a análise de admissibilidade e juridicidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1446) Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item a seguir.

A discussão e a votação de projeto de lei de iniciativa dos tribunais superiores terão início no Senado Federal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1447) Com relação ao processo legislativo, julgue o item seguinte.

O veto do presidente da República é apreciado em sessão conjunta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1448) Com relação ao processo legislativo, julgue o item seguinte.

O prazo constitucional para o presidente da República sancionar ou vetar um projeto de lei, total ou parcialmente, é de trinta dias úteis contados da data do recebimento, após esse prazo, o silêncio do presidente da República importará sanção.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1449) No que se refere à organização do Estado e às suas funções, julgue o item a seguir.

A sanção de uma lei pelo presidente da República não afasta possíveis defeitos jurídicos do projeto que a tenha originado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Especializada/Arquivologia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1450) No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1451) No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

A iniciativa de projetos de lei pode ser extraparlamentar, ou seja, originária de autoridades que não compõem o Poder Legislativo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2338716

CEBRASPE (CESPE) - Papis (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1452) A respeito do Poder Executivo, do processo legislativo e do Ministério Público, julgue o item a seguir.

Ainda que a função primordial dos parlamentares seja a de propor, discutir e votar leis e outras normas, existem certas matérias para as quais eles não têm iniciativa legislativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2397455

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1453) A respeito dos Poderes Executivo e Legislativo, em atenção à CF e à jurisprudência do STF, julgue o item subsequente.

O veto, formalizado pelo chefe do Poder Executivo, somente poderá versar sobre texto parcial de artigo do projeto de lei nos casos em que não fique prejudicada a aplicação da norma legal a ser promulgada.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2400435

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1454) De acordo com a jurisprudência do STF no que tange a funções essenciais à justiça e aos Poderes Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Na hipótese de veto parcial de projeto de lei, a promulgação da parte sancionada ocorrerá após a análise do veto pelo Poder Legislativo por não poder haver o desmembramento do processo legislativo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1883969

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1455) O processo legislativo pátrio, no que tange à elaboração das leis ordinárias, exige a deliberação de ambas as Casas do Poder Legislativo. O Presidente da República, ainda, dele participa.

Consideradas as normas pertinentes, julgue o seguinte item.

Rejeitado o veto parcial pelo Congresso Nacional, constitui-se o dever constitucional de o Presidente da República promulgar a parte vetada do projeto de lei.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1883970

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1456) O processo legislativo pátrio, no que tange à elaboração das leis ordinárias, exige a deliberação de ambas as Casas do Poder Legislativo. O Presidente da República, ainda, dele participa.

Consideradas as normas pertinentes, julgue o seguinte item.

Se o Chefe do Executivo vetar, parcialmente, projeto de lei ordinária, a parte não vetada do referido projeto dependerá da decisão do parlamento sobre o veto, restando defesa a produção de qualquer efeito jurídico antes da apreciação pelo Parlamento, a qual ocorrerá em sessão conjunta.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1937232

CEBRASPE (CESPE) - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/Administração/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1457) A respeito da organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

É possível a admissão de proposição de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República que dê ensejo a aumento de despesas, desde que, ao final dos trâmites cabíveis, o projeto seja sancionado pelo presidente da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208596

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1458) Julgue o item a seguir acerca do processo legislativo brasileiro.

As leis que disponham sobre normas gerais para a organização da defensoria pública dos estados e do Distrito Federal são de iniciativa privativa do presidente da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1505979

CEBRASPE (CESPE) - Ass Jur (CODEVASF)/CODEVASF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1459) No que se refere ao direito constitucional, julgue o item a seguir.

Considerando-se as normas referentes ao processo legislativo, é possível a tramitação de proposta de lei que seja formalmente complementar, mas materialmente ordinária.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1536644

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1460) A respeito dos princípios fundamentais, de emenda constitucional, do direito ao sigilo e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

É inconstitucional regulamentação de regime jurídico de servidores militares estaduais por emenda constitucional de origem parlamentar.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837227

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1461) Acerca das atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Leis ordinárias, leis complementares e emendas constitucionais, depois de aprovadas pelo Congresso Nacional, são submetidas à sanção presidencial.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2781679

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Processo Legislativo (arts. 59 a 69 da CF/1988)

1462) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são dotados de diversos órgãos e comissões essenciais para o adequado funcionamento do processo legislativo. Esse processo envolve a criação, o exame e a aprovação de uma variedade de propostas legislativas, incluindo leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais,

decretos legislativos e resoluções, todas vitais para o relacionamento eficaz da sociedade. Cada categoria de proposição legislativa é submetida a um procedimento específico de tramitação. A respeito dessa temática, julgue o item que se segue.

Os tribunais superiores e a Procuradoria-Geral da República não podem apresentar iniciativas legislativas, pois são órgãos pertencentes ao sistema de justiça, aos quais cabe a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, ou seja, defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2781681

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Processo Legislativo (arts. 59 a 69 da CF/1988)

1463) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são dotados de diversos órgãos e comissões essenciais para o adequado funcionamento do processo legislativo. Esse processo envolve a criação, o exame e a aprovação de uma variedade de propostas legislativas, incluindo leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais, decretos legislativos e resoluções, todas vitais para o relacionamento eficaz da sociedade. Cada categoria de proposição legislativa é submetida a um procedimento específico de tramitação. A respeito dessa temática, julgue o item que se segue.

Os projetos de lei propostos pelo presidente da República iniciam-se no Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2781695

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Processo Legislativo (arts. 59 a 69 da CF/1988)

1464) À luz das normas constitucionais sobre o Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

O presidente da República pode solicitar urgência constitucional na tramitação para a apreciação de proposições legislativas de qualquer parlamentar, desde que o autor do projeto esteja de acordo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2781705

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Técnico/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Processo Legislativo (arts. 59 a 69 da CF/1988)

1465) A atividade legislativa é exercida tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Poder Legislativo, simbolizando o sistema democrático. A respeito dessa temática, julgue o próximo item.

Caso o presidente da República solicite urgência para apreciação de projeto de lei de sua autoria, que já tramita no Poder Legislativo, a proposta passará a ter prioridade, com redução de prazos e precedência na pauta em relação aos projetos em tramitação ordinária

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008044

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Fases do Processo Legislativo (Iniciativa, Discussão, Voto, Veto, Sanção, Promulgação e Publicação)

1466) Acerca das normas constitucionais programáticas, dos servidores públicos e do processo legislativo, julgue o item que se segue.

Ao exercer o direito de veto, o chefe do Poder Executivo pode vetar apenas determinadas palavras de um projeto de lei, a fim de adequá-lo à Constituição.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3319319

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1467) A respeito de controle de constitucionalidade, da administração pública e sua organização e do Poder Legislativo, julgue o item seguinte, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF.

A atividade fiscalizatória realizada pelo Tribunal de Contas da União, no exercício da fiscalização contábil e financeira das entidades administrativas, não se confunde com aquela realizada pelo próprio órgão administrativo, uma vez que esta atribuição decorre do controle interno insito a cada Poder.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3346143

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1468) No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, à defesa do Estado e das instituições democráticas, à organização dos Poderes do Estado e às funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue, consoante o disposto na CF e o entendimento do STF.

Os tribunais de contas têm competência privativa para propor ao Poder Legislativo normas referentes à própria organização e ao seu funcionamento, sendo vedado à casa legislativa formalizar emendas que sejam estranhas à proposta original ou que impliquem aumento de despesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3346154

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1469) No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, à defesa do Estado e das instituições democráticas, à organização dos Poderes do Estado e às funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue, consoante o disposto na CF e o entendimento do STF.

A pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União prescreve em cinco anos, contudo essa prescrição será interrompida se os atos de investigação implicarem diretamente os responsáveis, que deverão ser cientificados de forma tempestiva.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3361410

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Proteção, Conservação, Licenciamento, Monitoramento e Qualidade Ambiental/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1470) Acerca da organização dos Poderes do Estado e das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.

Verificada a existência de ilegalidade em contrato da administração pública, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixará prazo para o órgão responsável adotar as providências necessárias ao cumprimento da lei e, se esse prazo não for cumprido, o TCU sustará a execução do contrato e comunicará sua decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3664157

CEBRASPE (CESPE) - OCE (TCE-RS)/TCE RS/Oficial Instrutivo/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1471) Em relação ao controle externo no Brasil e à distinção entre contas de governo e contas de gestão, julgue o item que se segue.

Consoante a Constituição Federal de 1988, apenas os chefes dos três poderes constitucionais prestam contas de governo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2846449

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1472) Acerca do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item a seguir segundo a Constituição Federal e o entendimento do STF.

Compete ao tribunal de contas fazer o exame prévio de validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2854361

CEBRASPE (CESPE) - ERSTT (ANTT)/ANTT/"Sem Área"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1473) Com relação à fiscalização contábil e financeira, ao Poder Executivo e aos princípios gerais da atividade econômica, julgue o item que se segue.

Ao tomar conhecimento de ato administrativo ilegal sujeito ao seu controle, o Tribunal de Contas da União poderá assinar prazo para que o órgão ou a entidade que exarou tal ato adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem as quais a execução do ato será sustada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2876123

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1474) No que diz respeito às regras gerais de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, julgue o próximo item.

A CMO, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2891753

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista em Informática/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1475) No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Ministério Público da União (MPU), ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos demais entes federativos e às concessionárias de serviço público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2934922

CEBRASPE (CESPE) - Ana Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1476) No que se refere ao sistema de planejamento e orçamento do governo federal, aos controles interno e externo e às avaliações de políticas públicas e programas governamentais, julgue o item subsequente.

O Tribunal de Contas da União tem a obrigação de fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais apenas se de seu capital social a União participar diretamente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3075549

CEBRASPE (CESPE) - Ana Adm (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1477) Em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e à correspondente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item subsequente.

Compete aos tribunais de contas estaduais fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos estados aos municípios mediante convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3078526

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (TCE AC)/TCE AC/Administração/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1478) Julgue o item subsequente, relativos a conceitos e formas do controle governamental.

A fiscalização contábil da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3078533

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (TCE AC)/TCE AC/Administração/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1479) Julgue o item subsequente, relativos a conceitos e formas do controle governamental.

O controle social, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3199222

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1480) A respeito de aspectos relativos ao direito financeiro e ao orçamento público, bem como à despesa e à receita públicas, julgue os itens que se seguem.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é permitido ao TCU realizar inspeções de natureza operacional no âmbito dos tribunais regionais federais, as quais poderão ser requeridas diretamente pelo STF.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1481) No que se refere ao controle externo no Brasil, julgue o item a seguir.

As decisões proferidas pelas cortes de contas podem ser executadas pelo próprio órgão ou pelo MP que atue junto a ele.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1482) Julgue o item a seguir, relativo à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercida pelos tribunais de contas.

As contas prestadas anualmente pelo presidente da República são julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após apreciação de parecer prévio.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1483) Acerca da apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões no âmbito dos tribunais de contas, julgue o item a seguir.

Cabe ao TCU apreciar as melhorias em aposentadoria posteriores à sua concessão que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1484) Conforme as disposições do ECA, a legislação correlata e a jurisprudência, julgue o item que se seguem.

Compete ao Ministério Público Federal a fiscalização das transferências voluntárias da União para os estados e os municípios decorrentes de convênios federais com repercussão nas políticas públicas educacionais, tais como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional do Livro Didático, bem como a devida responsabilização do gestor por eventual desvio de finalidade ou uso irregular desses recursos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1485) Julgue o item que se segue, acerca dos tribunais de contas e dos governadores dos estados.

A despeito da competência constitucional do Tribunal de Contas da União (TCU) para análise da legalidade dos atos de admissão de pessoal, não é sua atribuição apreciar atos de nomeações para cargos de provimento em comissão.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AACE (TC DF)/TC DF/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1486) Acerca das competências dos tribunais de contas, julgue o item subsecutivo.

Compete aos tribunais de contas o julgamento das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, sendo excluída da decisão a possibilidade de o recorrente pedir a apreciação do Poder Judiciário.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1487) Acerca de aspectos diversos relacionados ao Poder Legislativo, entre eles o seu funcionamento e suas atribuições, julgue o item a seguir.

Compete ao TCU julgar as contas dos administradores e de demais responsáveis por valores públicos da administração direta e indireta.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2012193

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1488) A respeito das atribuições do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos tribunais de contas, julgue o item a seguir.

Cabe ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação de recursos públicos repassados pela União, mediante ajuste, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2012195

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1489) A respeito das atribuições do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos tribunais de contas, julgue o item a seguir.

Compete originariamente ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2156780

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1490) Julgue o item a seguir, com base no sistema de controle adotado pelo ordenamento jurídico nacional.

Em obediência ao princípio da independência das instâncias, adotado pelo sistema constitucional brasileiro, as decisões dos tribunais de contas não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2156801

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1491) A respeito do controle da administração pública de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

No exercício da competência de julgar as contas dos administradores públicos, o tribunal de contas não se subordina a posterior crivo do Poder Legislativo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2156808

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1492) A respeito do controle da administração pública de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

A legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão está sujeita à apreciação pelos tribunais de contas, para fins de registro.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2157798

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1493) De acordo com a jurisprudência do STF sobre o processo administrativo no âmbito do tribunal de contas, julgue o item a seguir.

Por ausência de autorização constitucional e legal, os tribunais de contas não podem determinar medidas cautelares nos processos administrativos de sua competência, ainda que estas sejam necessárias a assegurar a efetividade de suas decisões.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1494) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF naquilo que for pertinente, julgue o item que se segue.

Compete ao tribunal de contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, entre os quais o chefe do Poder Executivo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1495) Acerca dos atos sujeitos a registro, julgue o item seguinte.

O STF determina que não é preciso assegurar o contraditório e a ampla defesa nos processos que visam a apreciação da legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1496) Acerca dos atos sujeitos a registro, julgue o item seguinte.

De acordo com o STF, a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1497) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

Partidos políticos têm legitimidade para denunciar ao Tribunal de Contas da União irregularidades na aplicação de recursos públicos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1498) A respeito dos princípios fundamentais, de emenda constitucional, do direito ao sigilo e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

É constitucional tribunal de contas determinar, nos processos de sua competência, a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1499) Julgue o item a seguir, relativos a sistemas de controle na administração pública brasileira.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao verificar ato de nomeação ilegal em autarquia jurisdicionada, pode sustá-lo de imediato; contudo, no caso de contrato administrativo firmado com ilegalidade, a sustação do contrato não pode ser imediata.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1500) Julgue o item a seguir, relativos a sistemas de controle na administração pública brasileira.

O sistema de controle da administração pública brasileira é o contencioso administrativo, de maneira que as decisões do tribunal de contas que resultam imputação de multa possuem caráter de título executivo extrajudicial.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1837228

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1501) Acerca das atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Cabe ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal de Contas da União, julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1143362

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1502) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1439176

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 2/Direito/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

1503) No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

Cabe ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação de repasses de recursos públicos federais para outros entes da Federação; por isso, os recursos públicos federais repassados aos municípios não podem ser fiscalizados pela Controladoria-Geral da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3441917

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Apoio Especializado/Administração/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Sistema de Controle Interno (art. 74 da CF/1988)

1504) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3079260

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Sistema de Controle Interno (art. 74 da CF/1988)

1505) No que se refere à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item a seguir, à luz da CF e da jurisprudência do STF.

Uma das finalidades do sistema de controle interno que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deverão implementar, de forma integrada, é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2714858

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Sistema de Controle Interno (art. 74 da CF/1988)

1506) Julgue o item a seguir, referente às atribuições do presidente da República, ao controle externo e interno, ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério Público.

As finalidades do sistema de controle interno incluem avaliar a execução dos gastos públicos, no que se refere tanto à legalidade quanto à eficácia e à eficiência da gestão pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1536647

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Sistema de Controle Interno (art. 74 da CF/1988)

1507) Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item:

Partido político que tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade na execução de programa governamental que envolva recurso público federal será parte legítima para denunciar esse fato ao Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1536677

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Sistema de Controle Interno (art. 74 da CF/1988)

1508) Acerca dos sistemas de controle na administração pública brasileira, julgue o item.

Considere que o sindicato dos professores de determinado município tenha tomado conhecimento de irregularidades na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à ampliação de um hospital público municipal. Nessa situação, o sindicato é parte legítima para apresentar denúncia acerca desse fato ao tribunal de contas do estado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2304820

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1509) A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

O parecer prévio emitido pelo TCE/RJ sobre as contas prestadas anualmente pelo prefeito pode ser recusado por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590657

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1510) A respeito das disposições constitucionais relativas a municípios, julgue o item subsequente.

É proibida a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156782

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1511) Julgue o item a seguir, com base no sistema de controle adotado pelo ordenamento jurídico nacional.

Por estar institucionalmente inserido no Poder Legislativo estadual, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina está obrigado a atender a qualquer pedido de auditoria de natureza contábil formulado por deputado estadual.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156784

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1512) Julgue o item a seguir, com base no sistema de controle adotado pelo ordenamento jurídico nacional.

Considere-se que entidade particular não tenha comprovado a correta utilização de recursos públicos recebidos por meio de convênio regularmente celebrado com o município de Tubarão – SC. Nessa situação hipotética, as contas da referida entidade poderão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156792

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1513) A partir da normatização constitucional, legal e infralegal que rege a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), julgue os próximos itens.

Caso o TCE/SC verifique, no exercício de sua função fiscalizadora, irregularidade em execução de contrato celebrado pelo estado de Santa Catarina, ele poderá determinar ao responsável a adoção das medidas cabíveis para regularizar a situação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156793

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1514) A partir da normatização constitucional, legal e infralegal que rege a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), julgue os próximos itens.

Em virtude do sigilo fiscal, o TCE/SC não detém competência para fiscalizar renúncia de receitas no âmbito municipal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156809

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1515) A respeito do controle da administração pública de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item que se segue.

Ato do tribunal de contas do estado que negue o registro de admissão de pessoal no âmbito de determinado município desprovido de corte de contas será passível de revisão pela respectiva câmara municipal, em observância ao pacto federativo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156813

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1516) Determinado registrador oficial, no exercício de suas funções notariais e de registro no ano de 2022, agiu com negligência, ocasionando lesão ao erário e danos a terceiros. Tendo como referência essa situação hipotética e as disposições da Constituição Federal de 1988, da legislação pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativas aos atos de tabeliães e registradores oficiais, julgue o item a seguir.

Caso a conduta do registrador público em questão seja reconhecida em decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente dessa decisão será prescritível.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157792

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1517) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF no que for pertinente, julgue o item que se segue.

Compete aos tribunais de contas julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, caso em que deve fazê-lo no prazo máximo de cinco anos a contar do momento que o órgão competente a conceder.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157793

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1518) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF no que for pertinente, julgue o item que se segue.

É da competência do tribunal de contas do estado a análise da prestação de contas decorrente da aplicação de recursos federais repassados aos estados e municípios, desde que os valores não decorram de prévia celebração de convênio, acordo, ajuste ou contrato.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157795

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1519) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF no que for pertinente, julgue o item que se segue.

Compete aos tribunais de contas estaduais julgar as contas prestadas pela mesa diretora de órgão legislativo estadual.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2214883

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1520) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, da organização político-administrativa do Estado, da administração pública e das funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.

A ampliação, pelo constituinte estadual, das atribuições de fiscalização do Poder Legislativo local fere a Constituição Federal de 1988.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1509696

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1521) Com relação aos poderes da República, julgue o item a seguir.

Os tribunais de contas estaduais gozam dos poderes de autogoverno e autonomia, todavia isso não inclui iniciativa privativa para propor leis relativas a sua organização e seu funcionamento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1784003

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1522) Com relação às normas sobre os processos em tramitação no TCDF, julgue o item a seguir.

Caso seja apresentada ao TCDF denúncia com pedido de sigilo de autoria, tal atributo deverá ser obrigatoriamente mantido, mesmo após a conclusão do processo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1784119

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais

1523) Acerca das funções e competências dos tribunais de contas no Brasil, julgue o item a seguir.

Considere que o Tribunal de Contas do Distrito Federal tenha negado o registro do ato de aposentadoria de policial militar, em razão da falta de base legal. Nessa situação, apesar de tal decisão vincular os órgãos jurisdicionados, isso não impede nova discussão no âmbito judicial.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2794262

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Presidente e Vice Presidente da República (arts. 76 a 83 da CF/1988)

1524) Acerca das atribuições do presidente da República, julgue o seguinte item.

A competência privativa do presidente da República para iniciar o processo legislativo das leis ordinárias e complementares não pode ser delegada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395741

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Presidente e Vice Presidente da República (arts. 76 a 83 da CF/1988)

1525) Julgue o item subsequente, a respeito dos Poderes da República.

Em hipóteses excepcionais, é admitido que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) seja chamado ao exercício da presidência da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1982184

CEBRASPE (CESPE) - Tec GT (TELEBRAS)/TELEBRAS/Assistente Administrativo/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Presidente e Vice Presidente da República (arts. 76 a 83 da CF/1988)

1526) Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito da organização dos poderes e da organização do Estado.

Quando os cargos de presidente e de vice-presidente da República estiverem em vacância, serão chamados ao exercício da presidência, sucessiva e exclusivamente, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2007366

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Presidente e Vice Presidente da República (arts. 76 a 83 da CF/1988)

1527) A Câmara dos Deputados convocou o ministro da educação a prestar pessoalmente informações relativas a erros na impressão de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ministro da educação recebeu o pedido, porém não compareceu na data aprazada, por entender que essa convocação violava a CF.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições constitucionais acerca do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Caso o presidente da República faleça no início do terceiro ano do mandato e, por conta disso, o vice-presidente renuncie ao cargo logo em seguida, deverá ser organizada nova eleição direta em até noventa dias depois de aberta a última vaga.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3350068

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1528) A respeito de investidura na função pública, das atribuições do presidente da República, das normas gerais sobre parcerias público -privadas, conforme a Lei n.º 11.079/2004, e de licitações e contratos administrativos consoante a Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

O presidente da República, mediante decreto, pode dispor sobre a extinção de cargos públicos somente se estes estiverem vagos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3438922

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Direito e Auditoria/Assessoria Jurídica - Advogado/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1529) No que se refere à administração pública e ao Poder Executivo, julgue o item a seguir.

Desde que por delegação do presidente da República, pode o advogado-geral da União conceder indulto e comutar penas e o procurador-geral da República prover e extinguir cargos públicos federais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3441953

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Gestão Estratégica/Articulação Político-Institucional Nacional/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1530) Julgue o item a seguir, com relação ao processo legislativo orçamentário e ao *lobby*.

Compete privativamente ao presidente da República enviar ao Senado Federal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição Federal de 1988.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3492600

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1531) Com base nas disposições da CF e no entendimento do STF, julgue o item que se segue.

Compete privativamente ao presidente da República manter relações com Estados estrangeiros, celebrar tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional, bem como exercer o comando supremo das Forças Armadas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2794251

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1532) Acerca das atribuições do presidente da República, julgue o seguinte item.

É competência privativa do presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao advogado-geral da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2794259

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1533) Acerca das atribuições do presidente da República, julgue o seguinte item.

Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2890608

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônômica/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1534) No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2935141

CEBRASPE (CESPE) - Proc Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1535) Acerca da organização municipal brasileira, julgue o item seguinte.

A limitação imposta ao chefe do Poder Executivo municipal no que tange à competência de expedir decretos é norma aplicável aos municípios em razão do princípio da simetria.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3039383

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1536) Julgue o próximo item, relativo à atribuições do presidente da República.

É competência privativa do presidente da República permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3039384

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1537) Julgue o próximo item, relativo à atribuições do presidente da República.

É competência privativa do presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo tal atribuição ser delegada ao defensor público-geral federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3206593

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1538) Em relação à organização das funções estatais e à defensoria pública, julgue o item subsecutivo.

A CF atribui ao presidente da República a faculdade de delegar algumas de suas competências, com base em juízo discricionário, a autoridades como os ministros de Estado e o advogado-geral da União.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2423848

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1539) Acerca do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos Poderes da República, julgue o item a seguir à luz do disposto na Constituição Federal de 1988.

Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2520656

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1540) Julgue o item que se segue, relativo aos poderes da União.

Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2613751

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1541) Considerando as disposições da CF sobre os servidores públicos e as disposições gerais relativas à administração pública, julgue o item subsequente.

O presidente da República pode, em casos excepcionais, criar autarquias e empresas públicas por meio de decreto.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2012191

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1542) A respeito das atribuições do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos tribunais de contas, julgue o item a seguir.

Compete ao presidente da República, mediante decreto, extinguir funções ou cargos públicos que estejam vagos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208399

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1543) Considerando as atribuições e responsabilidades do presidente da República e do Congresso Nacional, julgue o item a seguir.

Compete privativamente ao presidente da República nomear os integrantes do Conselho da República.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837229

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1544) Acerca das atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

O presidente da República pode extinguir, por decreto, cargos públicos vagos, ainda que tais cargos tenham sido criados por lei.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1545) No que concerne às disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, julgue o item subsequente.

Cabe ao presidente da República, de forma privativa, conceder indulto. Por conta disso, essa competência não pode ser delegada a ministros de Estado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2020
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1546) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

É viável a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 2/Direito/2020
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

1547) No que se refere às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.

A execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem da vontade do Congresso Nacional, entretanto cabe ao presidente da República, que dispõe de competência para celebrar esses atos de direito internacional, promulgá-los mediante decreto.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Direito e Auditoria/Assessoria Jurídica - Advogado/2025
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1548) No que se refere à administração pública e ao Poder Executivo, julgue o item a seguir.

Em caso de crime de responsabilidade do presidente da República, recebida a denúncia pela Câmara dos Deputados, o chefe do governo ficará suspenso de suas funções.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1549) No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

Apesar da terminologia adotada na CF quanto à responsabilidade do presidente da República, os denominados crimes de responsabilidade não têm natureza jurídica penal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1550) Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1551) Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

Nos casos de crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2271321

CEBRASPE (CESPE) - APO (SEPLAN RR)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1552) Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 estabelece as normas de processo e de julgamento dos crimes de responsabilidade imputáveis ao presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2338712

CEBRASPE (CESPE) - Papis (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1553) A respeito do Poder Executivo, do processo legislativo e do Ministério Público, julgue o item a seguir.

Se o presidente da República cometer crime de responsabilidade, caberá ao procurador-geral da República oferecer denúncia contra ele perante o Supremo Tribunal Federal, o qual, após fazer a análise preliminar da peça acusatória, a enviará ao Senado Federal, que deverá conduzir o processo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2503618

CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC AL)/PC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1554) Relativamente aos servidores civis, à responsabilidade do presidente da República e do Poder Judiciário, julgue o item seguinte.

Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2690002

CEBRASPE (CESPE) - AACE (TC DF)/TC DF/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1555) Acerca do Poder Executivo, das comissões parlamentares de inquérito (CPI) e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, com base na CF e no entendimento jurisprudencial do STF.

O texto constitucional atribui ao presidente da República imunidade material, garantindo sua inviolabilidade no que se refere às palavras e opiniões expressas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2706446

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1556) No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, bem como aos direitos políticos e às responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF.

Quando se tratar de crime de responsabilidade, o presidente da República ficará suspenso de suas funções após ser admitida a instauração do processo de acusação pela Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1990066

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1557) Julgue o item a seguir, relativo à organização político-administrativa do Estado e às disposições constitucionais aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça.

Conforme regra consagrada na CF, o presidente da República detém imunidade penal relativa no que se refere às infrações penais que, cometidas antes ou durante o exercício do mandato, não guardem relação com as funções de chefe do Poder Executivo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

1558) À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

No caso de o Supremo Tribunal Federal receber queixa concernente à prática de crime doloso contra a vida cometido pelo presidente da República, o presidente ficará suspenso de suas funções.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Ministros de Estado (arts. 87 e 88 da CF/1988)

1559) Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativos a noções de direito constitucional.

Compete ao presidente da República expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Ministros de Estado (arts. 87 e 88 da CF/1988)

1560) No que se refere à organização do Estado e às suas funções, julgue o item a seguir.

Todos os atos dos ministros de Estado, antes de publicados, devem ter aprovação prévia do presidente da República, haja vista a condição dos ministros de auxiliares do presidente e a possibilidade de eles serem livremente exonerados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Ministros de Estado (arts. 87 e 88 da CF/1988)

1561) No que se refere à organização dos poderes, julgue o próximo item.

Compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, exercer a orientação dos órgãos e das entidades da administração federal na área de sua competência e expedir instruções para a execução das leis.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Ministros de Estado (arts. 87 e 88 da CF/1988)

1562) No que concerne às disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, julgue o item subsequente.

A CF prevê expressamente que compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, referendar os decretos assinados pelo presidente da República.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Administrativa/Pedagogia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988)

1563) O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições.

A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

O referido servidor compõe quadro funcional do Poder Judiciário, porquanto, conforme expressa previsão constitucional, os tribunais eleitorais são órgãos do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3192100

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988)

1564) A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, de acordo com a CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

As turmas recursais não compõem o rol constitucional de órgãos do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2341798

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988)

1565) Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue, relativo aos princípios fundamentais, ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

O Supremo Tribunal Federal é composto de onze ministros, ao passo que o Conselho Nacional de Justiça é composto de quinze membros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208598

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988)

1566) No tocante às disposições constitucionais referentes ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Os juízes militares e os juízes eleitorais são órgãos do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3341659

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1567) Julgue o item subsequente, referente ao Poder Judiciário.

A promoção de magistrados, de entrância para entrância, obedece, alternadamente, à antiguidade e ao mérito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3347993

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1568) Tendo por base o texto da Constituição Federal, julgue o item a seguir a respeito do Poder Judiciário.

Não é permitida a permuta entre juízes de primeira instância vinculados a distintos Tribunais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2779645

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU BR)/CAU BR/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1569) Quanto à organização dos Poderes e às funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, assim como todas as suas decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, desde que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2841468

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Administração de Banco de Dados/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1570) A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206591

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1571) Em relação à organização das funções estatais e à defensoria pública, julgue o item subsecutivo.

Embora a atividade judicial seja formal e vigore o princípio segundo o qual os juízes devem impulsionar os processos por iniciativa própria, nem todo ato de impulso processual precisa ser praticado pelo juiz, podendo ser delegados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2397449

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1572) A respeito do Poder Judiciário, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

É prescindível a autorização do tribunal para que o juiz titular a ele vinculado resida fora da respectiva comarca.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208329

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

1573) Com base nas disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e entendimento jurisprudencial da CF, julgue o item a seguir.

O estatuto da magistratura deve ser instituído por lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2875839

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1574) No que se refere à organização do Estado e às suas funções, julgue o item a seguir.

Nem todos os tribunais do Poder Judiciário se submetem à regra do quinto constitucional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2367851

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1575) No que diz respeito ao Poder Judiciário, à defesa do Estado e das instituições democráticas e à ordem financeira, julgue o próximo item.

Enquanto no primeiro grau de jurisdição a seleção de membros do Poder Judiciário se faz mediante concurso público, nos tribunais é feita a nomeação de juízes de carreira, de profissionais da advocacia e do Ministério Público, sendo reservada a fração de quatro quintos das vagas a juízes concursados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2761046

CEBRASPE (CESPE) - Ana Jr (TBG)/TBG/Jurídico/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1576) No tocante ao controle de constitucionalidade e ao Poder Judiciário, julgue o seguinte item com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O quinto constitucional é garantido no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1982185

CEBRASPE (CESPE) - Tec GT (TELEBRAS)/TELEBRAS/Assistente Administrativo/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1577) Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito da organização dos poderes e da organização do Estado.

A garantia de que um quinto dos lugares dos tribunais regionais federais, dos tribunais dos estados e do Distrito Federal e territórios seja ocupado por membros do Ministério Público e por advogados é denominada quinto constitucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2007376

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1578) Com base nas disposições constitucionais relativas ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

Um quinto das vagas nos tribunais regionais federais é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2012197

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Organizacional/Tecnologia da Informação/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Quinto Constitucional (art. 94 da CF/1988)

1579) Tendo como referência a disciplina constitucional acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o seguinte item.

Um quinto das vagas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é reservado a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3249801

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Garantias e Vedações (Poder Judiciário, art. 95 da CF/1988)

1580) No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir, de acordo com a CF.

É permitido a juízes e membros do Ministério Público receber, a título de bonificação remuneratória, percentual de custas ou participação em processo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3606603

CEBRASPE (CESPE) - OFA (TJ PA)/TJ PA/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Garantias e Vedações (Poder Judiciário, art. 95 da CF/1988)

1581) No que concerne ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue, com base no disposto na CF.

As garantias constitucionais da magistratura incluem a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só é adquirida após dois anos de exercício; a inamovibilidade, que pode ser excepcionada por motivo de interesse público; e a irredutibilidade de subsídios, observadas as ressalvas previstas no texto constitucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395742

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Garantias e Vedações (Poder Judiciário, art. 95 da CF/1988)

1582) Julgue o item subsequente, a respeito dos Poderes da República.

Um juiz federal chamado a ocupar a função de presidente de empresa estatal mantida pela União poderá acumular tal função com o exercício da magistratura.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1990068

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Contábil/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Garantias e Vedações (Poder Judiciário, art. 95 da CF/1988)

1583) Julgue o item a seguir, relativo à organização político-administrativa do Estado e às disposições constitucionais aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça.

A CF assegura a juízes e promotores vitaliciedade após dois anos de exercício do cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3341615

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências Privativas (Poder Judiciário, art. 96 da CF/1988)

1584) Julgue o item subsequente, referente ao Poder Judiciário.

É competência privativa do STF propor a criação de novas varas judiciárias nos âmbitos federal e estadual.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2935776

CEBRASPE (CESPE) - Ap Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências Privativas (Poder Judiciário, art. 96 da CF/1988)

1585) Acerca do contencioso administrativo e do sistema de jurisdição una, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 prevê o contencioso administrativo para a decisão de litígios decorrentes de relações de trabalho dos servidores com a União, autarquias e empresas públicas federais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2935780

CEBRASPE (CESPE) - Ap Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Competências Privativas (Poder Judiciário, art. 96 da CF/1988)

1586) Acerca do contencioso administrativo e do sistema de jurisdição una, julgue o item a seguir.

Por meio do sistema da jurisdição una, o Poder Judiciário detém o monopólio da função jurisdicional, ou seja, o poder de apreciar, com força de coisa julgada, lesão ou ameaça de lesão a direitos individuais e coletivos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2397450

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Juizados Especiais e Justiça de Paz (art. 98 da CF/1988)

1587) A respeito do Poder Judiciário, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

É possível ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, de ofício, transformar juizados especiais cíveis em juizados especiais criminais, no âmbito da respectiva jurisdição.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1143364

CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Autonomia Administrativa e Financeira (Poder Judiciário, art. 99 da CF/1988)

1588) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3271523

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (Aracaju)/Pref Aracaju/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1589) Acerca da organização do Estado, da administração pública, do processo legislativo, do Poder Executivo e do regime de precatórios, julgue o item que se segue, com fundamento na legislação vigente e na jurisprudência do STF.

A União, a seu critério exclusivo e na forma de lei, poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de estados, do Distrito Federal e de municípios, refinanciando-os diretamente.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1590) Com base nas disposições da CF, julgue o próximo item.

Independentemente do valor, todos os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais em virtude de sentença judiciária transitada em julgado devem ser feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APCIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1591) Relativamente às normas constitucionais de direito financeiro, julgue o item a seguir.

É constitucional lei que determine o cancelamento automático de precatórios e requisições de pequeno valor depositados em instituição financeira oficial e não resgatados, pelo credor, no prazo de dois anos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1592) Acerca do regime constitucional dos precatórios, julgue o seguinte item.

No regime de precatórios, o credor pode ceder a terceiros seus créditos relativos a precatórios, independentemente da concordância do devedor.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1593) A respeito de aspectos relativos ao direito financeiro e ao orçamento público, bem como à despesa e à receita públicas, julgue os itens que se seguem.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é permitido à União, desde que na forma de lei, assumir débitos oriundos de precatórios dos estados, refinanciando-os diretamente.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1594) A respeito do Poder Judiciário, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

No caso de pagamento devido ao particular, pela Fazenda Pública, em decorrência de sentença concessiva de mandado de segurança, os valores deverão ser objeto de restituição administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1595) Acerca da disciplina constitucional dos precatórios, julgue o próximo item.

Os municípios estão autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas, nas obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou de desvio de recursos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (DATAPREV)/DATAPREV/Advocacia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1596) Julgue o item a seguir, relativo ao regime de precatórios e ao Ministério Público.

Certos débitos de entes públicos resultantes de condenação judicial não se submetem ao regime dos precatórios.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1972687

CEBRASPE (CESPE) - Esp GT (TELEBRAS)/TELEBRAS/Advogado/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1597) Com fundamento na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Com a novel disciplina constitucional dos precatórios, instituída pela Emenda Constitucional n.º 113/2021, ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas, mas não vincendas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2207615

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1598) No que se refere à organização dos poderes, julgue o próximo item.

Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas em decorrência de sentenças judiciais deverão ser feitos na ordem de apresentação dos precatórios, sendo obrigatório incluir no orçamento das entidades públicas a verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado ou não.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2214893

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1599) Julgue o item que se seguem, relativos à disciplina constitucional dos precatórios.

Na ordem dos pagamentos em virtude de sentença judicial, os precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham, no mínimo, sessenta anos de idade terão prioridade sobre os pagamentos considerados de pequeno valor.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2214894

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1600) Julgue o item que se seguem, relativos à disciplina constitucional dos precatórios.

Os precatórios a serem pagos pela União em determinado exercício financeiro estão submetidos a teto de gasto específico para essa finalidade.

Certo
Errado

1401) Errado	1402) Errado	1403) Certo	1404) Errado	1405) Errado	1406) Errado	1407) Certo
1408) Errado	1409) Anulada	1410) Errado	1411) Errado	1412) Errado	1413) Errado	1414) Certo
1415) Certo	1416) Certo	1417) Certo	1418) Errado	1419) Certo	1420) Certo	1421) Errado
1422) Errado	1423) Errado	1424) Certo	1425) Errado	1426) Errado	1427) Errado	1428) Errado
1429) Certo	1430) Errado	1431) Certo	1432) Errado	1433) Errado	1434) Errado	1435) Errado
1436) Certo	1437) Errado	1438) Errado	1439) Certo	1440) Errado	1441) Certo	1442) Errado
1443) Certo	1444) Certo	1445) Errado	1446) Errado	1447) Certo	1448) Errado	1449) Certo
1450) Certo	1451) Certo	1452) Certo	1453) Errado	1454) Errado	1455) Certo	1456) Errado
1457) Errado	1458) Certo	1459) Certo	1460) Certo	1461) Errado	1462) Errado	1463) Errado
1464) Errado	1465) Certo	1466) Errado	1467) Certo	1468) Certo	1469) Certo	1470) Errado
1471) Errado	1472) Errado	1473) Certo	1474) Certo	1475) Errado	1476) Errado	1477) Certo
1478) Certo	1479) Errado	1480) Errado	1481) Errado	1482) Errado	1483) Errado	1484) Errado
1485) Certo	1486) Errado	1487) Certo	1488) Certo	1489) Errado	1490) Errado	1491) Certo
1492) Errado	1493) Errado	1494) Errado	1495) Certo	1496) Anulada	1497) Certo	1498) Errado
1499) Certo	1500) Errado	1501) Certo	1502) Certo	1503) Errado	1504) Certo	1505) Certo
1506) Certo	1507) Certo	1508) Certo	1509) Certo	1510) Certo	1511) Errado	1512) Certo
1513) Certo	1514) Errado	1515) Errado	1516) Certo	1517) Errado	1518) Anulada	1519) Certo
1520) Certo	1521) Errado	1522) Errado	1523) Certo	1524) Certo	1525) Certo	1526) Errado
1527) Errado	1528) Certo	1529) Errado	1530) Errado	1531) Certo	1532) Certo	1533) Errado
1534) Errado	1535) Certo	1536) Certo	1537) Errado	1538) Certo	1539) Certo	1540) Certo
1541) Errado	1542) Certo	1543) Errado	1544) Certo	1545) Errado	1546) Errado	1547) Certo
1548) Errado	1549) Certo	1550) Certo	1551) Errado	1552) Errado	1553) Errado	1554) Errado
1555) Errado	1556) Errado	1557) Certo	1558) Certo	1559) Errado	1560) Errado	1561) Certo
1562) Certo	1563) Certo	1564) Certo	1565) Certo	1566) Certo	1567) Certo	1568) Errado
1569) Certo	1570) Certo	1571) Certo	1572) Errado	1573) Errado	1574) Certo	1575) Errado
1576) Certo	1577) Certo	1578) Certo	1579) Errado	1580) Errado	1581) Certo	1582) Errado
1583) Certo	1584) Errado	1585) Errado	1586) Certo	1587) Anulada	1588) Errado	1589) Certo
1590) Errado	1591) Errado	1592) Certo	1593) Certo	1594) Errado	1595) Anulada	1596) Certo
1597) Errado	1598) Errado	1599) Errado	1600) Certo			